



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO
PÚBLICA " PELA REALIZAÇÃO DE OBRAS QUE
CRIEM CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DE
CIRCULAÇÃO NA ESTRADA REGIONAL DE
ACESSO À FREGUESIA DE RIBEIRA QUENTE
(SÃO MIGUEL) "**

Ponta Delgada, 13 de maio de 2015

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	1508 Proc. n.º 45.10.02
Data:	015/05/19 N.º 35/X



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu no dia 13 de maio para apreciação e relato sobre a Petição Pública “Pela realização de obras que criem condições de segurança de circulação na estrada regional de acesso à freguesia de Ribeira Quente (São Miguel) ”.

A Petição, reunindo 936 assinaturas e tendo como 1.º subscritor o Senhor Albino Miguel Pinheiro Silva, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 11 de março de 2015.

Em reunião da Comissão de Política Geral, realizada a 09 de março, foi aprovada, por unanimidade, a sua admissibilidade.

Na mesma reunião, foi deliberado, também por unanimidade, desenvolver as seguintes diligências: ouvir, presencialmente, o membro do Governo competente na matéria, o Presidente da Câmara Municipal da Povoação, o Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira Quente e o 1.º subscritor da Petição.

Foi ainda deliberado solicitar parecer escrito ao Laboratório Regional de Engenharia Civil.

As audições do Presidente de Câmara da Povoação, do Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira Quente e do 1.º subscritor da Petição realizaram-se a 12 de maio, na sede da Junta de Freguesia da Ribeira Quente, seguidas de uma visita à estrada objeto desta Petição, acompanhada pelos três membros da Junta de Freguesia, para se observar “*in loco*” os taludes da estrada e da ribeira já intervencionados, bem como os locais que serão intervencionados no futuro.

A audição ao Secretário Regional do Turismo e dos Transportes foi realizada no dia 13 de maio, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

CAPÍTULO I
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 63/93, de 1 de março e 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento e do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na alínea ii) do artigo 1.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 23/2012 de 20 de novembro, a matéria objeto da iniciativa é da competência da Comissão de Política Geral.

CAPÍTULO II
APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise surge como forma de requerimento ao Governo Regional «para que realize obras de estabilização dos taludes da estrada regional de acesso à Ribeira Quente em toda a extensão necessária de modo a criar condições de segurança a quem nela transita e a evitar futuros episódios de isolamento da freguesia, considerando, por um lado, a frequência com que ocorrem derrocadas naquela estrada, o historial de derrocadas na referida via, a sua perigosidade e as suas consequências para



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

a população e, por outro, que será, provavelmente, mais célere e menos dispendioso a criação de condições de segurança na estrada atual do que a construção de uma nova via».

CAPÍTULO III

AUDIÇÕES

**AUDIÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA
POVOAÇÃO**

O Presidente da Câmara Municipal da Povoação começou por afirmar que, relativamente à Petição, a considera extemporânea nos termos em que ela é feita, já que o que com ela se pretende é uma intervenção na atual estrada de acesso à freguesia de Ribeira Quente, que é exatamente o que está a ser feito pelo Governo Regional. A Petição teria lógica se tivesse sido apresentada antes das intervenções que já se fizeram.

Concluiu afirmando que nos anos 2013 e 2014 foram feitas intervenções pelo Governo Regional e que esta Petição data de 2015, não tendo, por isso, muita razão de ser.

O deputado José San-Bento solicitou a palavra para afirmar que esta matéria tem aspetos técnicos determinantes para qualquer solução que se queira encontrar. Sublinhou, no entanto, a importância de ouvir os autarcas para as soluções dos problemas.

Referiu que a ideia da construção de um acesso alternativo à Ribeira Quente foi abandonada após diálogo entre o Governo Regional e a Câmara Municipal da Povoação, tendo-se concluído que qualquer solução alternativa à atual via não garantia mais segurança. Considerou que o que a Petição solicita é que haja intervenções na atual estrada, algumas das quais já foram feitas em 2013 e 2014 e outras estão previstas para o 2.º semestre de 2015.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Colocou duas questões ao Presidente da Câmara Municipal:

1 – Qual a opinião sobre as soluções implementadas e as que serão implementadas?

2 – Considera que o atual Governo Regional tem demonstrado empenho na resolução deste problema?

O Presidente da Câmara Municipal referiu que após o desastre na Ribeira Quente, que ocorreu em outubro de 1997, algum tempo depois, num debate televisivo, alguém ventilou, pela primeira vez, uma via alternativa ou então intervir na atual estrada, mas construindo semi-túneis.

Relembrou que quanto à hipótese da construção de uma estrada alternativa, foram estudadas três possíveis soluções: uma passando pela margem da ribeira, outra pela zona do Agrião e outra ainda, mais recente, passando pela zona do Redondo.

Todas as soluções estudadas foram abandonadas por se revelarem tecnicamente inviáveis. Começou-se então a apostar na intervenção na atual estrada. Essa intervenção começou em 2013, onde se realizaram alguns trabalhos em taludes a montante dos túneis. Depois dessas intervenções não tem havido derrocadas nesses locais.

Considerou que a intervenção feita pelo Governo Regional em 2013 é a mais correta. Referiu que as intervenções mais difíceis são a jusante dos túneis e que aqui a melhor solução será a construção de semi-túneis.

Sublinhou que o ideal seria construir uma segunda via, mas que das soluções até agora apresentadas nenhuma se revelou viável, sob o ponto de vista técnico.

O deputado Joaquim Machado interveio de seguida, começando por referir que da intervenção do Presidente da Câmara Municipal se poderia concluir que nem as populações, nem as autoridades, estão tranquilas em relação à atual estrada de acesso à freguesia de Ribeira Quente. As características morfológicas desta estrada apresentam um risco de elevado potencial.

Referindo que esta problemática se arrasta há mais de 17 anos, pediu ao



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Presidente da Câmara que informasse em que datas as soluções apontadas para uma via alternativa foram abandonadas e se reconhece que a atual estrada de acesso à Ribeira Quente continua ou não a ser um problema para a população e para as autoridades.

O Presidente da Câmara Municipal referiu que até ao ano 2001 estavam a ser estudadas duas soluções, a da margem esquerda da ribeira e a da zona do Agrião. A zona do Redondo foi estudada em 2009 e foi abandonada cerca de um ano mais tarde. Referiu ainda que toda esta reflexão tem resultado de um íntimo diálogo entre o Governo Regional e a Câmara Municipal.

Respondendo à questão colocada considerou que, embora subsistam preocupações grandes, as coisas melhoraram. As maiores preocupações residem na zona a jusante dos túneis.

O autarca sublinhou que espera que no 2.º semestre de 2015 seja continuada a intervenção nos taludes, o que é muito importante para a segurança das pessoas.

A deputada Lúcia Arruda questionou o Presidente da Câmara procurando saber se este concorda com a construção de uma via alternativa ou se considera que intervenções nos taludes da atual estrada resolverão os problemas de segurança que nela existem. Relembrou que, há cerca de 15 dias, ficaram pessoas retidas naquela estrada, cerca de duas horas, por motivo de derrocadas.

O Presidente da Câmara repetiu as referências já feitas quanto às três soluções que ao longo do tempo foram sendo apresentadas, estudadas e abandonadas por razões técnicas.

Referiu ter conhecimento das derrocadas referidas pela deputada Lúcia Arruda sendo exatamente com essas preocupações que também tinha referido que espera que o governo regional continue as intervenções nos taludes a montante e a construir os semi-túneis a jusante dos atuais túneis, ainda este ano.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O deputado José San-Bento questionou de novo o Presidente da Câmara sobre se após as intervenções já realizadas pelo Governo nas margens e no leito da ribeira continua a haver cedência dos terrenos e se considera serem necessários construir outros muros.

Relembrando que ainda apenas há dois dias esta zona da ilha esteve em alerta vermelho para a chuva, questionou o autarca sobre o tipo de problemas que tinham ocorrido e que tipo de dispositivo a Câmara Municipal colocou no terreno para agir em caso de necessidade.

O Presidente da Câmara referiu que apesar de terem ocorrido precipitações muito elevadas, na ordem dos 101 litros/m², durante 5 horas, não houve derrocadas.

Referiu ainda que o Governo Regional acabou de fazer o reforço dos paredões do leito da ribeira. Considerou que essa deve ser uma monitorização contínua, porque há um processo de erosão natural permanente.

Quanto ao dispositivo colocado no terreno face ao alerta vermelho, referiu ser o normal em termos de proteção civil e lembrou a boa parceria que nestes casos existe com os serviços do Governo Regional.

O deputado Joaquim Machado questionou o Presidente da Câmara procurando saber, em caso de uma derrocada de maior dimensão que interrompa a circulação na estrada, que alternativas existem, se os meios que poderão ser colocados são eficazes e se as populações poderão ficar tranquilas.

O Presidente da Câmara referiu que a freguesia da Ribeira Quente dispõe hoje de um Heliporto, que não existia em 1997, e de um Porto que também não tinha em 1997. Lembrou que a Marinha tem hoje meios adequados de apoio que poderão servir a freguesia da Ribeira Quente, caso seja necessário.

Considerou que hoje em dia há muito maior facilidade em chegar à Ribeira Quente, que não havia em 1997, nomeadamente por via aérea e marítima.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

AUDIÇÃO DO 1.º SUBSCRITOR DA PETIÇÃO SENHOR ALBINO
MIGUEL PINHEIRO SILVA

O representante dos peticionários começou por referir que esta Petição surge, inicialmente, pelo sentimento de insegurança do povo da Ribeira Quente e de todos os que na referida estrada circulam. Surge, também, pela desesperança das pessoas para com a realização das obras e na via alternativa prometida pelo Governo Regional dos Açores, que nunca chegou a ser cumprida.

Acrescentou que, em Dezembro de 2012, iniciou um movimento com o objetivo de sensibilizar os órgãos governamentais para a necessidade urgente de realização da prometida via alternativa ou a realização de obras que criem condições de segurança na estrada. De facto, em Março de 2013, três meses depois, iniciaram-se obras de estabilização de dois pequenos taludes, o que realmente confere maior segurança àquele pequeno troço da via. No entanto, na sua opinião, a instabilidade dos taludes que ladeiam a estrada, continua atualmente em grande parte da sua extensão. Muito frequentemente ocorrem quedas de pedras e deslizamento de terras, como foi o caso da derrocada que ocorreu a jusante dos túneis, recentemente, no dia 1 de Maio. Estes casos de desabamentos nesta estrada, já acontecem desde que tem memória, e o risco para a população e para os que transitam nesta via, é reconhecido por todos.

Referiu que, em caso de a estrada ficar interrompida, estão em causa muitos fatores, desde a normal circulação de veículos que ficam retidos na estrada até aos meios de emergência terrestre que ficam interditos de chegar a esta freguesia, por aquela que é a única via de acesso, pois, em caso de emergência, a única possibilidade de socorro é por via marítima, o que é demorado e difícil em mar agitado, ou então por helicóptero, que nem sempre é possível. Acrescentou que nesta estrada circulam também autocarros cheios de crianças que são transportados para a escola como as pessoas que se deslocam para os seus trabalhos que independentemente de



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

estar a chover ou não, são obrigados a se deslocar. Em dias de alguma precipitação, arriscam-se a ficar impedidos de chegar ou sair da Ribeira Quente, como já ocorreu mais de uma vez como arriscam as suas vidas ao passar numa zona com elevado risco geológico.

Relembrou o ano de 1997, em que ocorreram as trágicas derrocadas que assolaram a freguesia, em que o acesso ficou interrompido por via terrestre, tendo a evacuação dos feridos sido feita por meio aéreo, por um helicóptero da Força Aérea Portuguesa, mas caso as condições climatéricas não permitissem o evacuoamento aéreo, as vítimas mortais, podiam aumentar.

Também lembrou, para tornar evidente o perigo de circulação em estradas de risco, o dia 1 de Março de 2010, às 8 horas de manhã, quando um autocarro que fazia o percurso habitual de transporte de crianças para a Escola Básica e Secundária do Nordeste, foi colhido por um deslizamento de terra, entre a Feteira e a Algarvia, onde o condutor e 3 crianças que seguiam a bordo, foram arrastadas ravina abaixo, imobilizando-se a mais de 100 metros da estrada, perecendo duas pessoas, o condutor e uma menina de 10 anos. Idêntico, foi o caso no dia 6 de Março de 2005, onde uma enxurrada na estrada entre Furnas e Povoação, colheu um automóvel em que um casal e o seu filho de 17 anos, morreram naquele trágico momento.

Estes exemplos elucidam o real perigo que a estrada de acesso à Ribeira Quente representa para todos os que nela se deslocam, pois há exemplos de pessoas que foram afetadas diretamente pelo deslizamento de terras, como é o caso do Sr. Adelino César, habitante desta terra, e que por mera sorte, apenas teve danos materiais. A queda de pedras é muito frequente e verifica-se ao longo de todo o ano, mesmo em dias de sol, e que também já atingiu algumas viaturas, provocando danos materiais.

Referiu que esta petição é do interesse de todos em geral que estão de alguma forma ligados a esta freguesia, pois provavelmente, todos estão de acordo com a necessidade de uma profunda intervenção, para colmatar esta situação, que já se tornou inaceitável, e como é óbvio, não podemos



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

esperar que mais uma tragédia aconteça para agir.

Concluiu agradecendo à Comissão ter vindo à Ribeira Quente ouvir os muitos peticionários.

O deputado Lizuarte Machado solicitou a palavra para questionar o peticionário se este tinha conhecimento de estudos técnicos realizados em torno de algumas soluções para a construção de uma via alternativa, que tinham sido referidos pelo Senhor Presidente da Câmara da Povoação, na audição que acabara de ser feita.

O senhor Albino Silva informou não conhecer tais estudos, embora tenha ouvido falar na hipótese de construção de uma via alternativa à atual estrada.

Considerou que, na sua perspetiva, se a opção do Governo for conferir segurança à atual estrada será necessário fazer uma rede de drenagem de grande qualidade, com remoção das terras soltas. Mas como os terrenos não são homogéneos, há que fazer um profundo estudo.

A deputada Lúcia Arruda voltou a referir as soluções e os estudos técnicos para a construção de uma via alternativa mencionados na audição anterior pelo senhor Presidente da Câmara Municipal da Povoação. Relembrou também que a Comissão aguardava o parecer do LREC sobre este assunto. A questão é que, ao que parece, mesmo com a consolidação dos taludes na atual estrada, nunca haverá a garantia de se ter uma estrada segura.

Perguntou se os peticionários defendem a estabilização dos taludes da atual estrada ou admitem a possibilidade de o Governo regional estudar uma 4.^a alternativa.

O senhor Albino Silva referiu que na verdade tinha ouvido falar que uma via alternativa a construir seria muito mais perigosa do que a atual estrada. Acrescentou que os peticionários preferem uma boa estabilização dos taludes da atual estrada porque entendem que esta é uma solução mais célere para resolver os problemas que se impõe ser resolvidos.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O deputado José San Bento interveio para referir que não há lugar ao estudo de mais hipóteses alternativas. A posição do PS e do Governo Regional é de intervir na atual estrada para conferir a segurança que é necessária a esta estrada.

Informou que no 2.º semestre de 2015 o Governo vai continuar a intervenção para melhorar as condições de segurança. Embora haja sempre uma grande imprevisibilidade nos riscos geológicos, hoje a freguesia de Ribeira Quente está dotada de duas grandes infraestruturas: um Porto e um Heliporto.

O senhor Albino Silva considerou que o objetivo da Petição é criar alguma pressão no Governo para que as obras nos taludes sejam realizadas no 2.º semestre de 2015.

A deputada Ana Espínola ao referir-se às cópias das fotos das principais zonas de risco da estrada, distribuídas pelo senhor Albino aos membros da Comissão, pretendeu confirmar se na zona de maior risco identificada na foto por “zona 1” já havia sido feita alguma intervenção ou não, ao que o senhor Albino confirmou que não.

O deputado Joaquim Machado lembrou que esta questão se arrasta há mais de 17 anos. O povo de Ribeira Quente vive há muito tempo com esta expectativa e nada tem sido feito. Na verdade, essa esperança nasceu desde que os políticos prometeram construir uma alternativa à atual estrada. Esta foi uma promessa falsa e leviana dos políticos que não tinha sustentação técnica, ou então havia na realidade uma solução técnica viável mas os políticos arrepiaram caminho.

Referiu que o Grupo Parlamentar do PSD propôs que fosse ouvido o antigo Secretário das Obras Públicas, Dr. José Contente, por ele ser detentor de muita informação sobre esta matéria. É conhecedor de muitas decisões políticas que foram tomadas. Acontece que os senhores deputados do PS votaram contra e impediram a sua audição. Isto leva a supor que os senhores Deputados do PS são detentores de informação privilegiada,



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

nomeadamente de estudos que nós não conhecemos.

O PSD já requereu os estudos e até agora eles não nos foram apresentados. Durante estes 17 anos as pessoas andaram enganadas. E agora o que se oferece é uma espécie de "remendo".

Quanto à Petição, considerou que a recolha de cerca de mil assinaturas é muito relevante.

Questionou, assim, o peticionário procurando saber se ele entende que a construção dos taludes na atual estrada resolverá a segurança da mesma.

Relembrou que o senhor Presidente da Câmara Municipal da Povoação havia sublinhado a importância da existência de um Porto e de um Heliporto na Ribeira Quente. O que se impõe perguntar é, num dia de mau tempo em que estas estruturas não possam ser utilizadas, como se socorrem as pessoas em caso de catástrofe?

Referiu ainda que a extensão de estrada a carecer de intervenção nos taludes é enorme e que a este ritmo, levará imenso tempo a concluir esta obra.

O senhor Albino Silva referiu que o sentimento da população é de medo em passar na estrada, mas também de revolta por terem de se sujeitar diariamente a riscos.

Considerou que os taludes já executados são insuficientes.

Quanto aos pontos de evacuação, já existem alguns como o Porto, o Heliporto e a própria estrada, só que estas três estruturas podem ficar inoperacionais, em caso de mau tempo, mas se tivermos uma estrada que no inverno confira confiança e segurança, ficaremos muito mais descansados.

Está em causa a segurança das pessoas ao passar naquela estrada.

A população não está descansada em relação ao que está a ser feito.

O deputado José San-Bento interveio para contrariar a opinião do deputado Joaquim Machado de se terem perdido 17 anos, considerando que isso não era verdade. Negou também a afirmação do deputado Joaquim Machado de



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

terem sido intervencionados apenas 130 metros de extensão de taludes. Foram muitos mais, afirmou. Sobretudo o que foi feito teve preocupações de segurança.

Quanto à via alternativa, isso está resolvido. Se o PSD pretende “desenterrar” esse processo terá mecanismos próprios para isso. Mas isso é com o PSD.

Continuou afirmando que não houve promessas irresponsáveis de nenhum governante, nesta matéria.

Relembrou que a própria Petição requer a estabilização dos taludes da atual estrada, que é a solução que o Governo está a desenvolver e a Petição está voltada para o futuro e não para escarpelizar questões do passado. Por isso, não fazia nenhum sentido ouvir o anterior Secretário José Contente.

As intervenções prometidas para o ano 2014 foram adiadas por causa dos fundos comunitários e da revisão da CROP.

A deputada Lúcia Arruda fez uma interpelação ao Presidente da Comissão para que fossem solicitados ao Governo e entregues à Comissão os três estudos que apontaram para a inviabilização da construção de uma via alternativa e ainda do LREC sobre a estabilização dos taludes.

Retomou a afirmação do senhor Albino Silva de que a Petição servirá o objetivo de criar pressão no Governo, pois na verdade só depois de a Petição ser conhecida é que o Governo começou as intervenções, afirmou.

A deputada Benilde Oliveira interveio para afirmar que ficava muito contente por verificar que o senhor Albino Oliveira se preocupa tanto com o povo de Ribeira Quente. Afirmou que o Governo comunga da vossa posição e tudo tem feito pela segurança do povo de Ribeira Quente.

O deputado Joaquim Machado voltou a intervir para reforçar a ideia de que os membros desta Comissão não têm informação suficiente para poder avaliar as decisões tomadas. Relembrou que o PSD já solicitou esses estudos e eles ainda não foram entregues.

Reafirmando o que já havia dito insistiu na ideia de que na verdade foram



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

perdidos 17 anos porque neste tempo todo apenas foram intervencionados cerca de 130 metros de extensão de estrada.

Relembrou uma nota do GACS, em que no ano de 2007, Carlos César teria anunciado um novo caminho florestal de acesso à Ribeira Quente e que esta solução não pertence às três já referidas nestas audições da Comissão.

O senhor Albino Silva afirmou não conhecer essa solução do caminho florestal. Considerou que o que neste momento interessa é que este povo seja respeitado. Este sentimento de insegurança é uma realidade muito pesada.

Considerou que o trabalho até agora realizado na atual estrada é muito insuficiente e que é preciso terminar o mais rapidamente possível a segurança dos taludes daquela única via de acesso à freguesia.

O deputado Manuel Pereira solicitou a palavra para colocar duas questões:

- 1 – Era a quantidade que era insuficiente ou era a qualidade?
- 2 – Já havia dado conhecimento formal a quem de direito sobre a existência de uns rochedos a jusante dos túneis que revelam risco de queda?

O senhor Albino Silva respondeu referindo que é a quantidade que é insuficiente e que não apresentou essa questão formal a ninguém.

O deputado José San-Bento interveio para lembrar que o atual titular que tutela as estradas será ouvido amanhã, por isso vão ser aclaradas algumas questões importantes sobre esta matéria.

O 1.º subscritor entregou à Comissão um conjunto de seis documentos que ilustram algumas derrocadas e assinalam as zonas intervencionadas e a intervencionar, que ficam anexos ao presente relatório e dele fazem parte integrante.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

**AUDIÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE
RIBEIRA QUENTE**

Quanto à Petição, o Presidente da Junta de Freguesia começou por referir que a Junta foi informada sobre a vontade dessa Petição avançar e que ele próprio havia assinado essa petição no pressuposto de que isso seria uma forma de defender os interesses da população da sua freguesia.

Lembrou que a Petição surge porque houve umas obras em 2013 que foram interrompidas em 2014 e por isso julga que a Petição serve o objetivo de manifestar essa preocupação.

Quanto às obras confirma ter havido durante algum tempo a ideia de que seria construída uma via alternativa. Mas, por aquilo que souberam, nenhuma das soluções oferecia maior segurança que a atual.

Para os autarcas de freguesia a via mais segura é a atual estrada desde que intervencionada.

Considera que deveria ser efetuada uma peritagem técnica e realizarem-se as obras necessárias. Na própria ribeira há obras que devem ser feitas.

A zona abaixo dos túneis é uma zona de grande preocupação. Acima dos túneis, uma parte já está resolvida e nesses locais já intervencionados não tem havido derrocadas.

O deputado José San-Bento voltou a referir que a ideia de construir uma nova via alternativa foi abandonada, já que qualquer das soluções estudadas teriam ainda mais riscos.

Há investimentos a fazer nos taludes da ribeira e no reperfilamento dos taludes da estrada.

Questionou o senhor Presidente da Junta sobre o que acha das soluções já implementadas e a implementar pelo Governo.

Mais questionou sobre qual a perceção que tem do empenhamento do atual Governo Regional nesta matéria.

Referiu que na audição ao 1.º peticionário ele enfatizou muito a preocupação extrema das populações em relação à segurança da estrada.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Perguntou se efetivamente as acessibilidades à freguesia são assim uma preocupação tão grande e se é uma preocupação diária das populações.

O Presidente da Junta de Freguesia confirmou que há uma preocupação muito grande da população em relação à segurança da estrada de acesso, não só pelo que já se passou mas pelo que poderá acontecer.

Quanto às intervenções já realizadas e às intervenções a realizar considerou serem as mais adequadas.

Quanto ao interregno das obras em 2014 disse terem sido informados que isso se devia a razões financeiras, mas que seriam retomadas em 2015.

A deputada Lúcia Arruda perguntou ao autarca se quando houve a paragem das obras, após 2013, a Junta de Freguesia teria levantado essa questão. Pretendeu ainda confirmar se a paragem das obras em 2014 teria acontecido por razões financeiras, ao que o autarca respondeu que essa era uma suposição dele próprio, porque tal não teria sido formalmente afirmado pelo Governo.

O Presidente da Junta de Freguesia afirmou não terem conhecimento ao pormenor dos estudos efetuados, embora tivessem ouvido falar em três soluções: ao longo da ribeira; na zona do Agrião e na zona do Redondo. Atualmente já não se fala em via alternativa e no que a Junta está empenhada é na solução que está a ser implementada.

O deputado Joaquim Machado sublinhou o facto de o próprio Presidente da Junta de Freguesia ter assinado a Petição e do Presidente da Câmara da Povoação ter afirmado na audição de que esta Petição era extemporânea.

O Presidente da Junta esclareceu que havia assinado a Petição para dar mais força para que as obras avançassem. Nesse caso considera que a Petição faz sentido.

O deputado Joaquim Machado lembrou algumas expressões usadas pelo 1º peticionário entre as quais: " o povo ficou com a esperança de ter uma via alternativa"; "o sentimento de insegurança é uma realidade pesada" e "esta é uma exigência justa do povo da Ribeira Quente, ter uma estrada



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

com segurança”, e perguntou se elas correspondiam ao sentimento geral da população da freguesia.

O Presidente da Junta referiu que durante algum tempo isso correspondia, mas que atualmente as pessoas estão mais tranquilas.

O deputado Joaquim Machado questionou diretamente o autarca perguntando se num dia de mau tempo os pais dos alunos da Ribeira Quente estão tranquilos com a saída e a entrada dos seus filhos na freguesia.

O Presidente da Junta de Freguesia respondeu que essa preocupação não é só relativa à freguesia da Ribeira Quente, pois há muitas zonas da ilha em que esse receio também existe.

O deputado Joaquim Machado perguntou ao Presidente da Junta se já teria ouvido falar numa alternativa de acesso à Ribeira Quente por um caminho florestal, anunciada por Carlos César no ano de 2007.

O Presidente da Junta de Freguesia referiu que apenas tinha ouvido falar de três soluções, mas nunca ouvira falar de nenhum caminho florestal.

A deputada Lúcia Arruda questionou o Presidente da Junta de Freguesia sobre se tinha conhecimento de uma derrocada que ocorrera na estrada de acesso há cerca de 15 dias, ao que o autarca confirmou que sim.

AUDIÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO REGIONAL DO TURISMO E
TRANSPORTES

O Secretário Regional em relação à Petição considerou que, sem pôr em causa o direito dos peticionários, ela vem solicitar o que o Governo já se comprometeu em fazer e que é criar maiores condições de segurança à estrada de acesso à Ribeira Quente, na sequência da 1ª fase de intervenção efetuada em 2013 e 2014, na estabilização de taludes e no reperfilamento de muros e do leito da ribeira, num montante que rondou os 700 mil euros.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Informou que esta obra será realizada por fases e que a 2.^a fase se encontra em fase de adjudicação, o que acontece após estudos de identificação dos pontos críticos efetuada pelo LREC. Esta 2.^a fase avançará no 2.º semestre de 2015 e terá um orçamento na ordem dos 1.300 mil euros. É uma intervenção complexa que procede à estabilização de taludes e à construção de mecanismos alternativos de proteção da própria via.

Disse ainda que o Governo tem vindo a criar condições para aumentar o nível de segurança na freguesia de Ribeira Quente, a exemplo, a construção do Porto acostável e do Heliporto. A melhoria da acessibilidade terrestre é também uma grande preocupação do Governo. Aliás, as intervenções previstas para este ano em circuitos logísticos são na ordem dos 8 milhões de euros.

O deputado Bruno Belo interveio para referir que nas audições sobre esta matéria feitas no dia anterior tinham sido referidos estudos para a construção de uma via alternativa. Questionou o senhor Secretário perguntando se esses estudos existiam e se existem também estudos para o que já foi feito, bem como do que está para ser feito.

O Secretário Regional informou que foram feitos estudos para uma via alternativa mas que eles provaram que nenhum deles melhorava a segurança.

Informou ainda que o LREC fez um levantamento de identificação de 12 pontos de intervenção. A primeira intervenção que foi feita foi para dar resposta à tragédia que aconteceu no Faial da Terra em 2013, e essa 1.^a fase não correspondeu não apenas 130 metros mas sim a 350 metros.

O deputado Bruno Belo perguntou se o estudo do LREC era apenas circunscrito a identificar os pontos de perigo eventual ou era um estudo mais vasto, ao que o governante respondeu ser de identificação dos pontos de eventuais perigos, de manutenção de terras e apontando as soluções mais adequadas.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O deputado José San-Bento interveio relembrando que das audições efetuadas pela Comissão no dia anterior e relativas a esta matéria, resultavam quatro questões essenciais:

- 1- A existência de uma grande preocupação nas populações.
- 2- Grande reconhecimento pelas intervenções já realizadas pelo Governo Regional, nomeadamente na ribeira.
- 3- Um consenso muito alargado em torno da opção tomada pelo Governo em melhorar as condições de segurança da atual estrada regional.
- 4- O senhor Presidente da Câmara Municipal e o senhor Presidente da Junta de freguesia alertaram para a necessidade urgente de intervir na zona a jusante dos túneis.

Questionou o governante sobre como é que o Governo pretende intervir nesta zona em concreto?

Acrescentando que, na opinião do senhor Presidente da Câmara, a solução mais adequada seria a construção de semi-túneis, perguntou se a solução construtiva já está encontrada por parte do Governo, lembrando que sendo muito importante a segurança também se deveriam acautelar as questões estéticas pois trata-se de uma das estradas mais belas da ilha.

O Secretário Regional esclareceu que a intervenção que está a ser implementada é para a via toda, tanto a montante como a jusante dos túneis. Haverá pontos de intervenção com maior prioridade. Os semi-túneis é uma possibilidade técnica. O projetista pode apresentar várias alternativas de soluções técnicas. Respeitaremos o que for a melhor solução técnica para aumentar a segurança na via.

O deputado José San-Bento questionou o governante sobre se o Governo considera a eventual necessidade de reforçar a verba que está prevista na CROP para esta obra, no caso de se concluir que a melhor solução técnica exige um investimento maior, ao que o Governante respondeu que esperava que as soluções a adotar se acomodassem ao



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

orçamento disponível, mas admitiu que se houver necessidade de reforço de verbas para os investimentos a realizar naquela estrada isso será feito pelo Governo.

O Secretário Regional entregou à Comissão um conjunto de fotos ilustrativas da intervenção feita na estrada, que fica anexo ao presente relatório e dele faz parte integrante.

CAPÍTULO IV

CONTRIBUTO DE OUTRAS ENTIDADES

Tal como deliberado pela Comissão, foi solicitado, a 17 de abril, parecer escrito ao Laboratório Regional de Engenharia Civil, até 08 de maio, sobre a presente iniciativa.

Até à data do presente relatório esse Parecer não foi recebido.

Quanto à proposta da deputada Lúcia Arruda para se solicitar ao Governo Regional os estudos que determinaram a inviabilização da construção de vias alternativas à estrada atual, a mesma foi rejeitada por maioria.

CAPÍTULO V

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

De modo genérico, os Deputados revelaram-se solidários com as preocupações dos peticionários, reconhecendo que a situação é preocupante e que é importante que o Governo retome rapidamente a intervenção global que iniciou em 2013 quer na estabilização dos taludes quer no reperfilamento do leito da ribeira e consolidação das respetivas margens, no sentido de conferir melhores condições de segurança à única acessibilidade terrestre da freguesia de Ribeira Quente, tranquilizando a respetiva população.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES

Concluídas as diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 35/X a Comissão de Política Geral aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1 – Pela parte dos peticionários foi realçada a grande preocupação que existe na população de Ribeira Quente quanto à falta de segurança que existe na única via terrestre de acesso àquela freguesia e que diariamente põe em risco quer os habitantes de Ribeira Quente quer todos os que transitam naquela via.

2 – Também por parte dos peticionários foi afirmada a concordância com a opção do Governo Regional em proceder à estabilização dos taludes da atual estrada, em vez de se continuar a estudar alternativas visando a construção de uma outra via. Deste modo, a opção pela melhoria das condições de segurança da atual via é um processo mais célere o que é importante para tranquilizar as populações.

3 – Por parte do Presidente da Câmara Municipal da Povoação, a petição foi considerada extemporânea já que ela surgia num tempo em que o Governo tinha iniciado uma intervenção na estabilização dos taludes da estrada, no ano de 2013, e que esses trabalhos seriam retomados já no 2.º semestre deste ano.

Manifestou particular preocupação pela necessidade de se intervir com maior urgência e prioridade na zona a jusante dos túneis e que em sua opinião a solução para essa zona poderia passar pela construção de semi-túneis.

Afirmou que a autarquia sempre acompanhou de perto e em íntimo diálogo com o Governo Regional as três soluções que foram apontadas para a construção de uma via alternativa à atual estrada, bem como as conclusões



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

dos estudos que confirmam que qualquer uma dessas soluções não oferecia melhores condições de segurança do que a atual via, devendo ser esta intervencionada na estabilização dos taludes para criar melhores condições de segurança aos transeuntes.

Considerou ser muito importante que o Governo retome as obras no 2.º semestre de 2015 tal como previsto e que as obras de intervenção na ribeira também devem ser continuadas e merecer permanente monitorização.

Considerou que apesar de todas as preocupações que ainda subsistem, hoje a freguesia de Ribeira Quente dispõe de melhores mecanismos de segurança que não existiam em 1997, nomeadamente de um Porto e de um Heliporto.

4 – As mesmas preocupações foram evidenciadas pelo Presidente da Junta de Freguesia relativamente à necessidade de intervir com urgência na atual via de acesso à freguesia de Ribeira Quente e que a Petição, que também subscreveu, servia para dar mais força e criar mais pressão junto do Governo.

Confirmou que na verdade as populações da freguesia vivem permanentemente esta preocupação.

5 – O Secretário Regional do Turismo e Transportes considerou que a Petição apenas vinha solicitar aquilo que o Governo já tinha iniciado em 2013 e continuará no 2.º semestre deste ano, a estabilização dos taludes e intervenções no leito e na consolidação das margens da ribeira.

Esclareceu que esta obra se executará por fases e que após a realização da 1.ª fase se avançará no 2.º semestre deste ano com a 2ª fase, num valor aproximado de 1.300 mil euros.

Quanto às soluções construtivas para a zona a jusante dos túneis informou que a construção de semi-túneis é uma hipótese construtiva mas que o projetista indicará para toda a intervenção global várias alternativas de soluções técnicas e que o Governo adotará as que se revelarem tecnicamente mais fiáveis. Nesse sentido, esperava que as soluções se



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

acomodassem ao orçamento previsto, mas admitiu que se houver necessidade de reforço de verbas para os investimentos a realizar naquela estrada isso será feito pelo Governo, concluindo que o que importa é aumentar a segurança naquela via.

Considerando que a Petição foi subscrita por 936 cidadãos, a mesma deverá ser apreciada em reunião do Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 192.º do respetivo Regimento.

Ponta Delgada, 13 de maio de 2015

O Relator

Cláudio Lopes

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

Jorge Costa Pereira











Ribeira Quente,
zona assinalada a
jusante dos tneis.

1

2

EN2-2A

Ribeira

© 2015 Google
Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO

Image © 2015 DigitalGlobe

Google



Utsuno 2013

© 2015 Google
Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO
Image © 2015 DigitalGlobe
Data das imagens: 15/8/2013 37°44'27.11"N 25°18'23.35"O elev 162 m altitude de visualização

Google

EN2-22

© 2015 Google

Image © 2015 DigitalGlobe

Data das imagens: 15/8/2013 37°45'05.04"N 25°18'17.07"O elev 141 m altitude de visualização









